

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de S. Paulo*

Class.: \_\_\_\_\_

Data: *30.04.80*

Pg.: \_\_\_\_\_

## Funai não aceitará limites dos xavantes

Da sucursal de  
BRASÍLIA

A Fundação Nacional do Índio não permitirá que os xavantes alterem os limites da reserva de Pimentel Barbosa, segundo declarou ontem em nota oficial o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai. Ele entende que, da mesma maneira que o órgão luta para evitar invasões em áreas indígenas, não pode permitir que os índios alterem os limites de suas terras.

Essa alteração já começou a ser feita pelos xavantes em Pimentel Barbosa e isso pode levar fazendeiros e posseiros a conflitos com os índios, pois muitos deles já se armam para manter-se nas terras em que estão.

Segundo o coronel Nobre da Veiga, o problema da reserva já está resolvido por lei, só faltando a demarcação. "O Decreto 79 atendeu a uma reclamação justa dos próprios índios, corrigindo distorções em relação aos limites anteriormente fixados", afirma a nota da Funai, lem-

brando que o decreto foi redigido com base em dados aceitos na época pelos xavantes.

Nobre da Veiga afirmou ainda — contrariando informações do superintendente da Funai, Otávio Ferreira Lima — que nenhuma comissão foi nomeada para examinar o problema surgido em Pimentel Barbosa.

### OMISSÃO

Quase ao mesmo tempo, a Sociedade Brasileira de Indigenistas também divulgou nota, acusando a Funai de omissão no caso, já que "foi amplamente informada quinta-feira passada da situação na área". Os indigenistas temem a ocorrência de conflitos, pois os índios abandonaram a sede da aldeia e iniciaram a demarcação da reserva, fazendo um trabalho com o qual não concordam os fazendeiros. Eles também disseram que, ao contrário do que afirma a Funai, o funcionário Odenir Silva não foi deslocado para a área a fim de apaziguar os xavantes, já que lá estava antes de o problema começar.

## Comissão tenta evitar conflito com apurinãs

Do correspondente em  
RIO BRANCO

Chegou ontem ao município amazonense de Boca do Acre, o grupo de trabalho constituído em Brasília para buscar solução para o conflito entre índios e colonos daquela área. O grupo é composto pelo agrimensor Reinaldo Florindo, o antropólogo Exequias Henringer, da Funai, um coronel do Exército e o comandante da PM do Amazonas. Seguiram também para o local representantes do Conselho de Segurança Nacional, que em última instância decidirão a questão das terras apurinãs, pois o governo a considerou um problema de segurança nacional, por ser um conflito em área de fronteira.

O grupo de trabalho vai

examinar a situação no quilômetro 45 da BR-317, onde índios e colonos quase entraram em confronto armado na semana passada. E procurará definir a demarcação definitiva da segunda reserva apurinã existente em Boca do Acre, na região de Terra Firme, onde está localizado o posto indígena Camicua. Como na primeira área, nesta também há atritos de índios com colonos e fazendeiros.

No caso do Camicua, a Funai selecionou duas das quatro delimitações feitas pelo órgão desde 1976. Uma delas atende inteiramente às reivindicações indígenas, mas inclui uma área ocupada por cerca de 80 famílias de pequenos agricultores. A outra deixa de fora essa área, um castanhal e o cemitério dos apurinãs.